

# A ofensiva dos governadores para agilizar a nova Carta

por Yves Léon Winandy  
de Belo Horizonte

Procurar agilizar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e procurar garantir que a próxima Carta Magna preserve "as conquistas" da reforma tributária já aceitas pela Comissão de Sistematização. Estes foram os dois únicos pontos de consenso da reunião de governadores promovida pelo governador de Minas, Newton Cardoso, em duas etapas: um jantar na noite de quinta-feira, em Belo Horizonte, e uma reunião de trabalho na sexta-feira, em Montes Claros.

"Só houve consenso nesses dois pontos", informou por exemplo o governador de São Paulo, Orestes Quércia, que não foi a Belo Horizonte mas participou do encontro de Montes Claros, no norte de Minas, chegando ao local da reunião às 12 horas da sexta-feira, junto com Moreira Franco, governador do Rio.

Ao todo, em Montes Claros, estiveram treze governadores, doze do PMDB e um do PFL (Antonio Carlos Valadares, de Sergipe), incluindo o anfitrião, o governador de Minas.

## Consenso pela garantia da reforma tributária

Ao todo, as duas reuniões contaram com a presença de vinte governadores de estado, dos quais dezessete compareceram ao jantar de quinta-feira (Moreira Franco também não foi a esta reunião). A Montes Claros não compareceram Alvaro Dias (Paraná), Amazonino Mendes (Amazonas), Carlos Bezerra (Mato Grosso), Flaviano Melo (Acre), Max Mauro (Espírito Santo), Pedro Ivo (Santa Catarina) e Pedro Simon (Rio Grande do Sul), que estiveram na capital mineira, Henrique Santillo, governador de Goiás, não foi a nenhuma das duas reuniões, o mesmo acontecendo com Waldir Pires, da Bahia, e Miguel Arraes, de Pernambuco.

"Os governadores que



Newton Cardoso

estiveram em Belo Horizonte e em Montes Claros resolveram fazer um apelo aos constituintes, no sentido de apressarem a elaboração desta Carta Constitucional. Vamos agir nas bancadas para expressar a preocupação de toda a Nação com relação à Constituição", afirmou Newton Cardoso, em entrevista à imprensa logo após o encontro de sexta-feira, que durou cerca de uma hora e vinte minutos, a portas fechadas, na sede do Automóvel Clube de Montes Claros.

Cardoso falou como porta-voz dos demais governadores, esclarecendo, logo a seguir, que o outro ponto de consenso do dia foi o "desejo" de todos os líderes estaduais de "preservar as conquistas da reforma tributária votada na Comissão de Sistematização". "Ela é intocável", comentou.

As questões do mandato do presidente José Sarney e da forma de governo "não foram debatidas" nesses encontros, garantiu o governador mineiro. "Não houve nenhuma decisão com relação a isso", afirmou, por sua vez, o governador de São Paulo. De acordo com Newton Cardoso, esses dois temas já foram objeto de um documento de governadores (22), divulgado em outubro do ano passado, no Rio de Janeiro.

A "Carta do Rio", como ficou conhecida, declara, especificamente, que, "ao reconhecer o gesto do presidente (Sarney) de governar por cinco anos, expressa com a plena consciência da soberania da Assembléia Constituinte, a certeza de que a atualidade política e os compromissos

da redemocratização requerem a preservação do princípio de duração e forma de governo dos atuais mandatos(...)".

O encontro de governadores de Montes Claros (área mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — Sudene) ocorreu posteriormente à 329ª reunião do conselho deliberativo da Sudene. Marcado para começar às 9h30 da manhã, o encontro da Sudene foi iniciado efetivamente às 11h30, terminando por volta das 13h30, quando começou a reunião dos governadores.

## Quércia: "A Constituinte deverá aprovar os quatro anos"

"Todo brasileiro precisa ajudar, hoje, no sentido de apressar a votação da nova Constituição", afirmou pouco antes do início dos debates, a portas fechadas, o governador Orestes Quércia. "Não sou a favor de quatro nem cinco anos de mandato (para Sarney). Sou a favor de uma posição que o PMDB definiu numa convenção, que é de respeito à soberania da Constituinte", disse, ao ser perguntado sobre sua opinião com relação a esse tema.

Mesmo assim, o governador paulista comentou considerar que a Assembléia Nacional Constituinte deverá aprovar os quatro anos, e que há uma tendência da opinião pública em favor dos quatro anos. "Não vou interferir na votação em respeito aos constituintes e à soberania da Constituinte", acrescentou. "A demora na elaboração da nova Constituição brasileira está prejudicando economicamente o País", afirmou Quércia. O que foi explicado por seu colega Newton Cardoso, segundo o qual Minas tem em suspenso investimentos no valor global de US\$ 5 bilhões, "que dependem da Constituição".

"Não há a menor possibilidade de negociação da dívida externa brasileira enquanto a Constituição não for votada", disse por sua vez, o governador Wel-

ington Moreira Franco. "Acertamos um projeto de US\$ 146 milhões com o Japão e estamos com dificuldades em levá-lo adiante. Ele está condicionado a entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI)", informou Cardoso, referindo-se a um projeto mineiro.

As duas reuniões de sexta-feira quebraram a rotina de Montes Claros, cidade de cerca de 250 mil habitantes que se transformou no principal pólo econômico do norte de Minas. Curiosamente, enquanto boa parte dos treze governadores presentes tem manifestado seu apoio à tese de cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, o prefeito da cidade, Luís Tadeu Leite (PMDB), declarou-se favorável a quatro anos de mandato, defendendo a realização de eleições gerais em todo o Brasil, ainda em 1988.

A Câmara Municipal de Montes Claros, aproveitando a visita dos governadores, distribuiu um manifesto em defesa da redução do mandato do presidente da República (para quatro anos). "Qualquer posicionamento diverso (...) por certo não refletirá a vontade do povo brasileiro", afirma o documento, aprovado por dezesseis dos dezessete vereadores da cidade (onze do PMDB), com uma abstenção.

## A demora da Constituição prejudica os investimentos

O encontro de Montes Claros teve a participação dos seguintes governadores: Newton Cardoso (MG); Alberto Silva (Piauí); Antônio Carlos Valadares (Sergipe); Epitácio Cafeteira (Maranhão); Fernando Collor de Mello (Alagoas); Fernando Mesquita (Fernando de Noronha); Geraldo Melo (Rio Grande do Norte); Gerônimo Santana (Rondônia); Jorge Nova da Costa (Amapá); Orestes Quércia (São Paulo); Tarcisio Burity (Paraíba); Tasso Jereissaty (Ceará); e Wellington Moreira Franco (Rio de Janeiro).

1 FEV 1988

1 FEV 1988  
AUC  
p 5

ABC